

Notas sobre os clássicos da Sociologia e suas contribuições para os estudos sobre processos associativos

JESUS MARMANILLO PEREIRA*

Resumo

O presente artigo visa expor os principais conceitos e perspectivas clássicas da Sociologia, e suas respectivas abordagens sobre processos de associação, ou seja, quais os fatores devem ser analisados nas situações em que os indivíduos se agrupam em determinadas formações.

Palavras chave: Processos associativos, classe social, divisão do trabalho social, ação social, interação social.

Abstract

This article aims to explain the main concepts and classic perspectives of sociology, and their respective approaches approach to processes of association, in other words, what factors should be considered in situations where individuals are grouped in certain formations.

Key words: associative processes, social class, division of labor, social action, social interaction.



* **JESUS MARMANILLO PEREIRA** é Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Professor substituto do Centro de Estudos Superiores de Caxias, da Universidade Estadual do Maranhão.

1. Introdução

Sobre a importância dos clássicos, Jeffrey C. Alexander (1998) percebe que os teóricos contemporâneos “secularizaram” o modelo clássico, despojando-o da teleologia revolucionária e conservando sua teoria explicativa firmemente racional, distributiva e materialista. Dito de outra forma, os clássicos da sociologia são referência importante para estudos sobre as condições de emergência e funcionamento de “agrupamentos”.

Buscamos no presente texto, expor alguns conceitos e noções dos teóricos clássicos, Karl Marx, Max Weber, Émile Durkheim e Georg Simmel, para a sistematização de um estudo sobre processos associativos, ou seja, quais “ferramentas analíticas” eles nos fornecem para uma abordagem sobre processos em que pessoas se agrupam e interagem, compondo organizações, movimentos sociais, partidos etc..

1.2. Classes Sociais: Proletários de todos os países uni-vos!

Tomando como ponto de partida a frase “Proletários de todos os países uni-vos!” (MARX e ENGELS, 2007, p. 91) é possível indagar sobre aspectos fundamentais para a construção de uma definição de *classe social*, na perspectiva marxista.

Forjada por meio do materialismo histórico, essa constitui-se na análise das relações sociais de produção historicamente construídas que caracterizam tipos de divisão do trabalho social. Essa abordagem associou as relações humanas em função da produção material, constituindo assim, a premissa de que o *concreto*



pensado torna-se uma forma de apreender o mundo.¹ Nesse sentido, o autor expunha que suas análises sempre partiam de “bases reais fundamentadas aos indivíduos reais, suas ações e

condições materiais de vida.” (MARX, 1998, p. 10).

Para explicar o processo de formação da *classe*² operária, ele considera os contextos revolucionários do século XIX na França e Inglaterra, evidenciando que: o “18 brumário de Luis Bonaparte” resultou de um trabalho de coalização temporária entre o proletariado parisiense e fragmentos da burguesia francesa e que na Inglaterra industrial, tais coalizões ocorreram de forma mais permanente.

Em relação ao caso inglês, discorre sobre a forma como as indústrias conseguiam aglutinar indivíduos que inicialmente não tinham vínculos entre si, mas que aos poucos apresentavam afinidades e interesses mútuos. Esses objetivos comuns construídos socialmente reúnem os trabalhadores num mesmo pensamento de resistência e coalizão. (MARX e ENGELS, 2007). O interesse coletivo objetivado numa proposta comum, de resistência, somado às similaridades nas condições de existência, garantiram os primeiros ensaios de associação entre trabalhadores, sob a forma de coalizões e protótipos de sindicatos.

¹ Dessa forma contrapõem-se ao pensamento idealista hegeliano, que considera o real por meio de abstrações subjetivas.

² trata-se da classe operária inglesa do século XIX, formada por aqueles que não dispunham dos meios de produção e que contavam unicamente com a venda da própria força de trabalho.

Para Marx (2007) as primeiras coalizões permanentes, constituídas pelo proletariado inglês, foram as *Trade unions* que serviam de estrutura fundamental, operacionalizada por operários, nas lutas contra os patrões. O autor percebeu que as *Trades unions* se uniram constituindo a *national associations of united trades*, cujo comitê central contava com 80.000 membros. Essas formas associativas possuíam uma dimensão política forte, já que se constituíam através da mobilização de vários operários em torno da defesa de posicionamentos frente aos interesses dos patrões. Além disso, é importante considerar que a união entre trabalhadores foi otimizada pela publicização de seus objetivos, por meio da imprensa escrita. Assim,

Os operários começam a formar coalizões contra burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim. De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. Verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. **Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria** e que permitam o contato entre operários de diferentes localidades. Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, uma luta de classes. (MARX e ENGELS, 2005, p. 48)

Dessa forma, a utilização do instrumento de comunicação de massa deve ser considerada na união do operariado e quebra das barreiras impostas pelas distâncias geográficas. O

contato fornecido pela comunicação poderia unificar diversas lutas, no sentido de construir socialmente os objetivos comuns para a classe trabalhadora, fomentando, assim, uma consciência de classe.

O elemento identitário que podemos analisar dentro de um processo de formação de consciência de classe, pode ser discorrido por meio da explanação do que Marx (2007) chamava de *classe em si* e *classe para si*, ou seja, a primeira explicada nas similaridades de condições econômicas dos trabalhadores e da situação comum de exploração e dominação, na qual eram subjugados, e no segundo caso, é caracterizada através do processo de luta no qual as reivindicações defendidas geravam uma consciência de classe. Sobre a relação entre as condições similares de vida e a formação de uma classe, Marx notou que,

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não é para si. Na luta (...) esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defendem se tornam interesses de classe. (MARX, 2007, p. 159)

Se havia um aspecto estrutural expresso nas condições históricas dos modos de produção, esse foi materializado por meio da precarização das condições de vida do trabalhador. Nesse contexto, as *Trades unions* ganhavam influência em processos de reivindicação e produção de consciências coletivas e possibilitavam uma ideia de *classe* objetivada historicamente na luta e em determinadas condições sociais de existência.

Nesse sentido, as variáveis priorizadas na análise sobre a produção de consciência são as organizações como sindicatos e partidos políticos e sua capacidade de mobilizar os trabalhadores em torno de objetivos comuns historicamente construídos. Tal viés analítico fornece sentido e coerência à frase: “que as classes dominantes tremam à ideia de uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder, a não ser os seus grilhões. Têm um mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos!”. (MARX e ENGELS, 2007, p.91)

Assim, os autores apresentam uma ideia de associativismo construída estruturalmente por meio de uma percepção comum sobre a conjuntura histórica de uma determinada classe social, sobre os modos de produção e os tipos de divisão social do trabalho que essa produz. Nesse sentido, a classe proletária foi pensada em relação a outras classes localizadas em um contexto histórico específico³, o que garante a característica de análise estrutural sobre esse fenômeno associativo.

Em outros termos, o contexto privilegiado para a análise da relação entre modo de produção e classes sociais foi o século XIX, quando a produção econômica imprimiu maior concentração e produção de capital, aumentando o fosso existente entre os detentores do meio de produção e aqueles que possuíam apenas a própria força de trabalho, como único requisito para inserção no sistema capitalista.

³ Tal constatação dá sentido a celebre frase, “*A história de todas as sociedades até hoje existentes, é a história da luta de classes*”. (Marx e Engels, 2005, p. 40) que demonstra o caráter externo e estruturante, pautado na história e na relação entre classes, para a formação de classes específicas.

Dessa forma, outro ponto que deve ser avaliado é o associativismo da classe burguesa entorno do lucro e do capital, uma vez que ao consumir a força de trabalho do operário, o capitalista aliena o trabalho e expropria os produtos resultantes do mesmo, produzindo assim a *mais-valia*. Grosso modo, logo que o trabalhador produz o necessário para pagar os gastos gerados pelo consumo de trabalho e meios de produção, passa a produzir um excedente que é apropriado pelo capitalista. Nesse sentido, Gorender (1996) percebe que a *mais-valia* é a célula germinativa do modo de produção capitalista e possui como *locus* principal a fábrica, onde ocorre o processo de produção e acumulação.

A tese associativista contida na visão marxista engloba também as relações mantidas entre os membros da classe burguesa com o objetivo de sustentar sua posição e manter para si os meios de produção. Guardando as devidas proporções, a classe burguesa se uniu em torno da lógica do capital, e da mesma forma buscou criar mecanismos de coalizão como os monopólios, os aparelhos ideológicos que reproduzem a lógica do capital.

Se na perspectiva marxista, a classe e os fenômenos associativos podem ser explicados de acordo com variáveis históricas e condicionantes sociais que caracterizam determinadas divisões do trabalho social e relações de produção existentes no mesmo, veremos a seguir que para Émile Durkheim, tais fenômenos emergem do interior das próprias divisões sociais do trabalho e dos princípios de coesão social caracterizados nas formas de solidariedades possíveis em cada sociedade.

1.3. Solidariedade: Por mais ricamente dotados que sejamos, sempre nos falta alguma coisa...

Segundo Durkheim (1999), o sentimento de insuficiência e a busca de habilidades e qualidades das quais somos desprovidos são condicionantes das associações entre os indivíduos, cujo objetivo seria diminuir o sentimento de incompletude e acrescentar potencialidades de atuação.

As relações estabelecidas durante esse processo caracterizam o que o autor chama de *divisão do trabalho social*, noção bastante ligada ao conceito de solidariedade, que para Durkheim (1999) não se constitui como valor moral, mas sim, como uma lógica de interação objetivada e materializada no direito, e que demonstra efeitos sociais importantes para a compreensão da coesão de determinados tipos de sociedade.

Para exemplificar as dimensões da solidariedade social, o autor extrai um elemento comum em todas as regras jurídicas – as sanções, explicando que os diferentes tipos de sanções correspondem a diferentes tipos de solidariedades. Através dessa análise, o autor percebeu que os princípios associativos (ou princípios de união) que fundamentam a coesão dos agrupamentos se pautam nas similitudes ou diferenças de características sociais dos envolvidos no agrupamento.

Essas duas características são tipicamente relacionadas a dois tipos de solidariedades fundamentais na caracterização de seus respectivos agrupamentos. A primeira é a chamada *Solidariedade Mecânica ou por Similitudes*, onde o “*vinculo de solidariedade social que corresponde ao direito é aquele que constitui o crime*” (DURKHEIM, 1999).

Para explicá-la, o autor trabalha as definições de *crime* e de *pena*, recorrendo a seu esquema teórico, pautado fortemente na noção de *fato social*⁴ que para o autor é caracterizado por três características fundamentais para compreensão da relação entre indivíduos e grupo, são essas, a externalidade, coercitividade e generalidade. Tais definições são sistematizadas em relação a uma *consciência coletiva*, que determina sanções. Sobre esse tipo de Solidariedade, o autor explica:

[...] existe uma solidariedade social proveniente do fato de que certo número de estados da consciência coletiva são comuns a todos os membros da mesma sociedade. É ela que o direito repressivo figura materialmente, pelo menos no que ela tem de essencial. O papel que ela representa na integração geral da sociedade depende, da maior ou menor, extensão da vida social que a consciência abraça. (DURKHEIM, 1999, p. 83)

Pode-se entender que a integração está ligada às dependências e similitudes entre os indivíduos, e que são relacionadas a uma consciência coletiva e defendidas por meio de um direito repressivo. Para Durkheim, esse tipo de integração social seria característico das sociedades primitivas, onde a inovação e a diferença sinalizariam um tipo de ruptura com a coesão do grupo.

⁴ Émile Durkheim exemplifica e caracteriza o *fato social* através de dois aspectos específicos, aqueles cristalizados em crenças e práticas constituídas (regras jurídicas, sistemas lingüísticos, financeiros etc..) e outros chamados de *correntes sociais*, cuja expressão não possui forma cristalizada e/ou regular – nesse caso são pensadas as manifestações coletivas em assembleias e situações de grande excitação. Nesse esquema explicativo, aponta que em ambos os casos, há o elemento comum da pressão externa ao indivíduo.

O segundo tipo de solidariedade descrito pelo autor é pensado a partir das sociedades complexas, e denominado de *solidariedade orgânica*, cuja principal característica é a integração por meio da interdependência entre os diferentes atores. Nos agrupamentos caracterizados por esse tipo de solidariedade, a maior especialização dos atores é inversamente proporcional à consciência comum compartilhada por todos. Em outras palavras, pode-se dizer que a maior divisão do trabalho gera maior dependência entre pessoas e consequentemente maior necessidade de associativismo. Fazendo um resumo sobre os dois tipos de solidariedade, Durkheim (1999, p. 216) sintetiza que,

A vida social deriva de uma dupla fonte: A similitude das consciências e a divisão do trabalho social. O indivíduo é socializado no primeiro caso, porque não tendo individualidade própria confunde-se com seus semelhantes, no seio do mesmo tipo coletivo; No segundo, porque, tendo uma fisionomia e uma atividade pessoal que os distinguem uns dos outros, depende deles na mesma medida em que se distingue, por conseguinte, da sociedade que resulta de sua união.

Nessa perspectiva, a semelhança, diferença e a divisão do trabalho social teriam uma função social importantíssima na manutenção e existência da sociedade. Tais princípios podem ser pensados em relação a agrupamentos menores, na análise dos mecanismos de organização e estruturação interna, ou seja, quais tipos de solidariedades necessárias para existência dos mesmos.

1.4. Associações: compreensão dos interesses e sentidos...

Diferente de Karl Marx e de Émile Durkheim, o foco privilegiado de Max Weber desse autor, quando pensa formas associativas e instituições, recai sobre os interesses e motivações dos indivíduos quando executam uma ação, ou seja, buscam-se os sentidos que podem ser atribuídos às ações. Assim, vale ressaltar que um conceito estruturador de seu esquema teórico é o de *ação social*, ou seja, toda conduta humana, cujos sujeitos vinculam a esta ação um sentido subjetivo e que seja referente e orientada em relação à conduta de outros (WEBER, 2002). A importância da interpretação dos sentidos atribuídos as *ações sociais* está relacionada à forma como Weber percebe a Sociologia enquanto Ciência da Cultura, influenciada por uma perspectiva semiótica.

Nesse sentido, longe de caracterizar uma mera descrição quantitativa ou função prática, as ciências sociais estariam preocupadas com os aspectos qualitativo dos fatos, por isto preocupada com a formação teórica dos conceitos para a análise da realidade cultural. Se fôssemos pensar a existência e manutenção de um grupo, de acordo com esse conceito, o foco analítico privilegiado cairia sobre uma explicação típica a respeito das motivações e sentidos atribuídos aos processos de engajamento individuais, ou seja, quais os fins desejados em relação aos outros membros do grupo. Seguindo caminho distinto das explicações estruturalistas sobre as ações individuais, Max Weber oferece a possibilidade de pensarmos as instituições associativas enquanto processos construídos e estruturados por ações e sentidos individuais compartilhados. Um exemplo disso pode ser observado através da análise do

conceito de *comunidade e relação social de sociedade*, que para o autor seria:

[...] uma relação social na medida em que a orientação da ação social – seja no caso individual, na média ou no tipo ideal – baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes. A relação social de sociedade por outro lado, é o resultado de uma conciliação e de um equilíbrio de interesses motivados por juízos racionais, quer valores, quer fins (WEBER, 2002, p. 71).

Primeiramente, a citação definiu *comunidade* como uma *relação social*, ou seja, uma situação em que uma ou mais pessoas agem, levando em conta o comportamento do outro. Dessa forma a *comunidade* seria resultado de um conjunto de ações orientadas por um princípio de *solidariedade*, legitimado por ligações emocionais ou tradicionais, ao passo que a *relação social de sociedade* caracterizaria um tipo de relação racionalizada que emerge da conciliação de diferentes interesses. É importante dizer que a *solidariedade* é encontrada em grupos tradicionais, comunais e também em relações fechadas que monopolizam as oportunidades e benefícios de seu próprio poder (WEBER, 2002).

No mesmo raciocínio, Weber (1994) desenvolve a noção de *relação associativa*, onde destaca que existe na medida em que a *ação social* repousa em um ajuste ou união de interesses orientados racionalmente com referência a valores ou fins. Como já explicitado, a *ação social* é o conceito dorsal em todo o esquema explicativo do autor. Nesse sentido, poderia se pensar associações pequenas como grupos de reivindicação, ou até mesmo questões complexas como o Estado moderno, por meio da concatenação de ações específicas de

indivíduos. Essas formações sociais, para Weber (1994), não possuem existência completa fora das orientações individuais.

Um último conceito esclarecedor para uma análise das associações⁵, na perspectiva weberiana, pode ser a de *vigência*, que significa a probabilidade de uma relação social ser orientada pelo lado dos participantes, por uma representação de uma ordem legítima. Tal representação pode ser interpretada de acordo com os interesses particulares dos indivíduos, costumes, conjuntura histórica etc. Por meio desse conceito é possível pensar o processo de institucionalização de um tipo de forma social, seja ele organização sindical, movimento social partido político etc..

Diferentemente de Karl Marx, que explica os processos associativos de acordo com o contexto produtivo e histórico, de Émile Durkheim que explica os processos associativos originados das necessidades e interdependência existentes no interior das sociedades estudadas, Max Weber inicia sua análise sobre os sentidos das ações sociais realizadas pelos indivíduos e como essas se desdobram em relações sociais, associações e formações sociais mais complexas. Seguindo caminho similar, veremos que Georg também

⁵ Se uma associação existe ou não, depende inteiramente da presença de uma pessoa com autoridade, reunido, possivelmente, um quadro administrativo. Mais precisamente, ela existe até onde há uma probabilidade de que certas pessoas designadas agirão de tal maneira cuja orientação pode ser proveniente de dedicação emocional, tradicional ou racional orientada a valores. Em outras palavras, a associação não existe fora da probabilidade de que um curso de ação orientado desta maneira tenha lugar. Se não há probabilidade deste tipo de ação por parte de um grupo particular de pessoas ou de um dado indivíduo, há, terminologicamente apenas uma relação social, mas nenhuma associação. (WEBER, 2002)

complexiza as relações sociais e desenvolve uma epistemologia que valoriza os processos de abstração e elaboração de um método próprio para “mapear” os processos associativos.

1.5. Interação e Formas Sociais

Se até agora a compreensão dos processos associativos esteve relacionada às concepções de sociologia defendidas pelos clássicos e respectivamente aos seus principais conceitos, com Georg Simmel não foi diferente. Ao defender um objeto de estudo da Sociologia esse autor afirmou:

A sociologia deve buscar seus problemas não na matéria da vida social, mas em sua forma (...). Nessa consideração abstrata das formas sociais é que se assenta todo o direito de existir da Sociologia; é assim que a geometria deve sua existência à possibilidade de abstrair, das coisas materiais, suas formas espaciais, e a lingüística a sua possibilidade de isolar, dos pensamentos que os homens exprimem, a própria forma da expressão. As formas que tornam os grupos de homens, unidos para viver uns ao lado dos outros, ou uns para os outros, ou então uns com os outros- aí está o domínio da Sociologia. Dizer a respeito dos fins econômicos, religiosos, políticos, etc... pelos quais essas sociações começam a existir, cabe a outras ciências. (SIMMEL, 1983, p. 47)

Nesse sentido, a *forma social* caracteriza um método mensurador pelo qual Georg Simmel mapeia os processos de formação de agrupamentos humanos. Trata-se de um processo de abstração com o qual é possível delinear e decompor os agrupamentos buscando explicar seus processos de formação. Epistemologicamente, percebe-se uma aproximação com o que Bachelard (1996) chamou de processo de

geometrização do objeto de estudo, ou seja, Simmel combate a coisificação dos agrupamentos enquanto fato evidente.

Para tanto, tais mapeamentos ou *formas sociais* são explicados de acordo com os processos de *interação*, ou seja, unidade entre indivíduos- que metaforicamente nos remete à ideia de construção de uma reta, valorizando o aspecto da forma e geometrização das relações sociais no plano da abstração. Como percebe Costa (1999), essas formas puras de interação não são encontradas empiricamente, elas são construídas e funcionam como instrumentos analíticos indispensáveis ao pesquisador.

Ao tratar dos processos de interação, a unidade analítica básica desse autor, para compreender as *formas sociais*, recai sobre os indivíduos, o aproximando de Max Weber e de uma perspectiva focalizada na agência⁶ em detrimento da estrutura. Nesse sentido, quando associa os fins econômicos, religiosos, políticos da existência das *sociações* aos objetos de estudos de outras ciências, está afirmando que os condicionantes externos aos agrupamentos devem ser explicados por outras áreas de estudo.

Considerando as *formas sociais* e os processos de interação, Georg Simmel propõe a análise da *sociação*, que para Simmel (1983, p. 60):

Só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral da interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da

⁶ Tal conceito se refere à capacidade dos ator social de intervir e transformar práticas e regras presentes numa determinada cadeia de acontecimentos. (GIDDENS, 1989)

qual se realizam seus interesses. E é na base desses interesses – tangíveis ou ideais, momentâneos ou duradouros, conscientes ou inconscientes, impulsionados casualmente ou induzidos teleologicamente – que os indivíduos constituem tais unidades.

Se a *forma social* está vinculada à abstração e realização de uma morfologia dos processos de interação que culminam na *sociação*, o *conteúdo* indica os interesses individuais relacionados a essa mesma. Para Simmel (2006), o *conteúdo* (matéria da *sociação*) é caracterizado em tudo que existe nos indivíduos e locais concretos pertencentes a quaisquer realidades históricas, como impulso, interesses ou tudo que engendre efeitos de indivíduos sobre outros indivíduos, bem como receber efeitos.

O autor percebe que esses aspectos motivacionais possuem natureza social e constituem-se enquanto fatores de *sociação*, pois transformam a mera agregação de indivíduos em determinadas *formas* que podem ser pensadas por meio da ideia de *interação*. Assim, Simmel (2006) considera que a *interação* emerge com a busca de certas finalidades como, por exemplo: instintos eróticos, interesses objetivos, impulsos religiosos, objetivos de defesa, ataque, jogo, conquista, ajuda, doutrinação e inúmeros outros fazem com que o ser humano entre em contato com outros, em uma relação de convívio, de atuação com referência ao outro, “com e contra” o outro.

Os dois conceitos analíticos (*conteúdo* e *forma*) seriam tipos de “ferramentas” para a realização de uma abordagem sobre *interação* – elemento fundamental na constituição das *Sociedades*. Considerando-as enquanto produtos das interações sociais, a teoria de Simmel revela uma perspectiva que parte das

relações mais simples para as mais complexas, garantido uma perspectiva processual relacionada à emergência e institucionalização da *forma social*.

Mesmo quando considera variáveis como número populacional, concentração e dispersão de pessoas, o foco da análise recai sobre a interação e conseqüentemente sobre o indivíduo,⁷ apresentando assim semelhanças com a perspectiva de Max Weber, e distanciamento das perspectivas de Émile Durkheim e Karl Marx- no que tange a relação indivíduo-sociedade.

Considerações finais

Observando os processos associativos e formas sociais - por meio das estruturas econômicas e históricas, pelas *divisões sociais do trabalho social*, ou interações e motivações individuais – é possível aferir que todos os clássicos possuem contribuições importantíssimas para análises sobre construção de movimentos sociais.

Percebeu-se que alguns autores privilegiam a influência das estruturas históricas e sociais manifestadas no desenvolvimento de sistemas econômicos e instituições fundamentadas em determinadas *consciências coletivas*, enquanto outros valorizavam mais as relações entre indivíduos, focando os conteúdos, sentidos e motivações atrelados às ações sociais.

Nesse sentido, o paradigma a respeito da influência da estrutura ou do indivíduo, para a formação de instituições e grupos, é um ponto central em todos os autores aqui trabalhados e pode ser encarado como uma boa possibilidade de problematizar as diferentes condições

⁷ Para mais detalhes sobre essa abordagem ver: SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**. *Mana* [online]. 2005, vol.11, n.2, pp. 577-591. ISSN 0104-9313.

para os engajamentos individuais - sejam estas relacionadas aos indivíduos ou às estruturas. As diferentes perspectivas explicativas sobre a análise dos fatores de associação e organização entre os agentes sociais nos fazem crer que, o estudo do desenvolvimento das associações é a espinha dorsal da construção do objeto de estudos da sociologia e da legitimação dessa área do conhecimento enquanto ciência.

Por meio dos estudos a respeito dos fatores de associação e organização, os clássicos desenvolveram um forte trabalho epistemológico do qual retiraram diálogos teórico-metodológicos que culminaram em definições fundamentais para objeto de estudo da Sociologia. Fosse pelo *fato social*, *ação social*, *materialismo histórico* ou *formas sociais* as explicações trouxeram consigo a necessidade de elaboração de métodos como as construções típicas, objetivação da abordagem e observação dos objetos, métodos interpretativos, históricos etc..

Pode-se afirmar que a epistemologia do corpo teórico-metodológico dos clássicos foi tão forte que influenciou inclusive a consolidação de outras áreas de conhecimento. Nesse sentido cabe destacar o historiador March Bloch cuja influência de Durkheim pode ser observada na obra “A Sociedade Feudal”, a antropologia interpretativa de Clifford Geertz que sinaliza a influência da sociologia compreensiva de Max Weber, a antropologia de Marcel Mauss cuja base firmou-se na sociologia do próprio tio – Émile Durkheim – e também autores como Eric Wolf, Georges Balandier cujas preocupações com os contextos macro sociais relacionados aos modos produtivos indicam a influência de Karl Max

Tal como afirmou Jeffrey C. Alexander, os clássicos ainda continuam a orientar novos modelos analíticos sobre objetos construídos em torno de fenômenos associativos. Autores contemporâneos como Charles Tilly, Pierre Bourdieu, Daniel Gaxie são exemplos de retomada dos clássicos, sintetizando-os em esquemas explicativos amplos capazes de interpretar os fenômenos associativos contemporâneos.

Referências

- ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 37, Junho 1998.
- BACHELARD, Gaston. **Discurso preliminar**, in: A Formação do Espírito Científico. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 1996.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins fontes, 1999.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São PAULO, Martins Fontes, 1989.
- GORENDER, Jacob. **Apresentação**, In: MARX, Karl **O Capital**. São Paulo: Editora: Nova Cultural, Coleção Os Economistas. 1996
- MARX, Karl. **A miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985.
- MARX, K e ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- SIMMEL, G. **Questões fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1994
- _____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- _____. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.